

TEMAS URBANOS E REGIONAIS

O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas

DAVID HARVEY

Trad. Flávio Villaça

CONTEÚDO

O trabalho *versus* a apropriação da renda e os interesses da construção

As intervenções do capital nas lutas sobre o meio construído

Propriedade privada e casa própria para o trabalhador

O custo de vida e a taxa de salário

Consumo "racional", administrado e coletivo

A socialização do trabalho e as relações com a natureza

As intervenções do capital: Uma conclusão

Consciência de classe, consciência de comunidade e concorrência

CONCLUSÃO

Neste texto procuro estabelecer uma estrutura teórica para compreender uma determinada faceta da luta de classes no capitalismo avançado. Os conflitos que serão aqui investigados são aqueles que se relacionam com a produção e o uso do ambiente construído; sob essa expressão incluo a totalidade das estruturas físicas — casas, ruas, fábricas, escritórios, sistemas de esgotos, parques, equipamentos culturais e educacionais etc. De maneira geral argumentarei no sentido de que a sociedade capitalista precisa, por necessidade, criar uma paisagem física — uma massa de recursos físicos construídos pelo homem à sua própria imagem, apropriada, em linhas gerais, às finalidades da produção e do

consumo. Mas também argumentarei que esse processo de criação do espaço é cheio de contradições e tensões e que as relações de classes nas sociedades capitalistas geram inevitavelmente fortes conflitos e correntes cruzadas.

Por razões de conveniência analítica, admito que existe uma clara distinção entre: (1) uma facção do capital que procura a apropriação da renda, quer diretamente (como os proprietários de terra, as empresas imobiliárias etc.) ou indiretamente (como os intermediários financeiros ou outros que investem em propriedades simplesmente visando uma taxa de retorno); (2) uma facção do capital procurando juros e lucro através da construção de novos elementos no meio construído (os interesses da construção); (3) o capital "em geral" que encara o ambiente construído como um dreno para o capital excedente e como um pacote de valores de uso e com vistas ao estímulo da produção e acumulação de capital; (4) a força de trabalho, que se utiliza do ambiente construído como um meio de consumo e como um meio de sua própria reprodução. Admitirei também que, conceitualmente, o ambiente construído pode ser dividido em elementos de *capital fixo* a serem utilizados na produção (fábricas, rodovias, ferrovias etc.) e em elementos de um *fundo de consumo* a serem utilizados no consumo (casas, ruas, parques, passeios etc.).¹ Alguns elementos, tais como as ruas e os sistemas de esgotos, podem funcionar quer como capital fixo, quer como parte do fundo de consumo, dependendo de seu uso.

Neste trabalho, concentro minha atenção na estrutura do conflito, tal como ele surge com relação ao uso desse fundo de consumo por parte do trabalho, ao invés de seu uso enquanto capital fixo no processo imediato de produção. Acredito que uma análise desse aspecto da luta de classes muito contribuirá para iluminar as perturbadoras questões que envolvem as relações entre, de um lado, o conflito comunitário e a organização comunitária e, do outro, o conflito industrial e a organização com base no trabalho. Em resumo, espero poder iluminar a posição e a experiência do trabalho com respeito ao *viver*, tanto quanto ao *trabalhar*, no desenvolvimento histórico daqueles países que são generalizadamente considerados como situando-se na categoria de capitalistas avançados. Os exemplos serão tomados dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. A seguir apresento alguns comentários preparatórios ao tema geral a ser desenvolvido.

A dominação do trabalho pelo capital é básica para o modo capitalista de produção. Afinal, sem ela a mais-valia não poderia ser extraída e a acumulação desapareceria. Disso decorrem as mais variadas conseqüências e apenas nesses termos será possível compreender as relações entre o trabalho e o ambiente construído. Talvez o fato único mais importante a ser considerado é que o capitalismo industrial, pela reorganização do processo de trabalho e pelo advento do sistema fabril, força a separação entre local de trabalho e local de reprodução e consumo. A necessidade de reprodução da força de trabalho é assim traduzida num conjunto específico de atividades de produção e consumo dentro da unidade familiar, numa economia doméstica que, se quiser funcionar bem, requer valores de uso sob a forma de ambiente construído.

1. Essa distinção devida de Marx. Ver Marx, Karl, *O Capital* (Nova York, 1967) 2:210 e *Os Grundrisse* (Harmondsworth, Middlesex, 1973), p. 681-7.

As necessidades da força de trabalho têm mudado historicamente; em parte elas virão a ser atendidas por trabalho dentro da unidade familiar e em parte conseguidas através de trocas no mercado, de salários ganhos contra mercadorias produzidas.

Os requisitos do trabalho, enquanto mercadoria, dependem do equilíbrio entre produtos da economia doméstica e compras no mercado, bem como de considerações ambientais, históricas e morais que fixam os níveis de vida dos trabalhadores.² No âmbito da mercadoria o trabalho pode, pela organização e pela luta de classes, alterar a definição de suas necessidades, de maneira a incluir “razoáveis” padrões de nutrição, saúde, habitação, educação, recreação, diversão etc. Do ponto de vista do capital, a acumulação requer uma constante expansão do mercado de mercadorias e isso significa a criação de novos desejos e necessidades sociais e a organização de um “consumo racional” por parte do trabalho. Esta última condição sugere algo que é historicamente observável: que a economia doméstica precisa sistematicamente sujeitar-se à produção capitalista de mercadorias. “A acumulação pela acumulação e a produção pela produção”, que juntas impulsionam o sistema capitalista, engendram portanto uma crescente integração do consumo de trabalho ao sistema capitalista de produção e troca de mercadorias.³

A separação dos locais de trabalhar e de viver significa que a luta do trabalhador para controlar as condições de sua própria existência divide-se em duas lutas independentes. A primeira, localizada no local de trabalho, refere-se às condições de trabalho e à taxa de salário que oferece o poder aquisitivo para bens de consumo. A segunda luta, travada no local de viver, é contra formas secundárias de exploração e apropriação, representadas pelo capital mercantil, propriedade fundiária etc. Esta luta é sobre as condições de existência no local de residência e convivência. É este segundo tipo de luta que focalizamos aqui, reconhecendo, evidentemente, que a dicotomia entre o *viver* e o *trabalhar* é, ela própria, uma divisão artificial imposta pelo sistema capitalista.

O trabalho “versus” a apropriação da renda e os interesses da construção

A força de trabalho necessita de espaço para viver. A terra é, portanto, uma condição de vida para a força de trabalho, da mesma maneira que é uma con-

dição de produção para o capital. O sistema de propriedade privada que exclui o trabalho da terra como condição de produção também serve para excluir o trabalho da terra como condição de vida. Nas palavras de Marx, “...o poder monstruoso dirigido pela propriedade fundiária, quando unido de mãos dadas ao capital industrial, capacita-a para ser usada contra trabalhadores engajados em sua luta salarial, como um mecanismo de praticamente expulsá-los da terra como um local de moradia”.⁴ Além do espaço enquanto condição básica de vida, estamos preocupados aqui com a habitação, o transporte (ao trabalho e aos equipamentos urbanos), o lazer, os equipamentos e todo um conjunto de recursos que contribui para a totalidade do ambiente de vida do trabalhador. Alguns desses elementos podem ser privadamente apropriados (habitação é o caso mais importante), enquanto outros precisam ser utilizados em comum (passeios) e, em alguns casos, como no do sistemas de transportes, devem ser até mesmo usados conjuntamente com o capital.

A necessidade desses elementos coloca o trabalho numa posição antagônica à da propriedade fundiária e à da apropriação da renda, assim como à dos interesses da construção que procuram lucrar com a produção dessas mercadorias. O custo e a qualidade desses elementos afetam o padrão de vida da força de trabalho. Esta, procurando se proteger e promover seu padrão de vida, envolve-se numa sucessão de batalhas no ambiente de viver, em torno de uma variedade de aspectos relacionados com a criação, administração e uso do ambiente construído. Não é difícil encontrar os exemplos: comunidades se rebelam contra a excessiva apropriação de renda por parte dos proprietários da terra, contra a especulação no mercado imobiliário, contra a implantação de instalações “perniciosas”, contra a inflação dos custos das construções habitacionais, contra a inflação nos custos de recuperação de uma infra-estrutura deteriorada, contra o congestionamento, contra a falta de acessibilidade a serviço ou oportunidade de emprego, contra a construção de vias expressas ou de projetos de renovação urbana, contra a “qualidade de vida” ou problemas estéticos — a lista parece interminável.

Os conflitos que se concentram sobre o ambiente construído exibem certas características peculiares porque o poder monopolístico, conferido pelos arranjos da propriedade privada, gera não apenas o poder de se apropriar da renda mas também confere aos proprietários o controle de um “monopólio natural” no espaço.⁵ O caráter fixo e imóvel do ambiente construído acarreta a produção e o uso de mercadorias sob condições de competição monopolística espacial, com fortes efeitos de “vizinhança” ou de “externalidades”.⁶ Muitas das disputas que ocorrem referem-se a externalidades (o valor de uma residência é determinado em parte pelas condições das que a rodeiam) e cada proprietário está, portanto, muito interessado em assegurar que a vizinhança em conjunto seja bem conservada. Na teoria burguesa, a apropriação da renda e a transação

2. Ver Marx, *O Capital*, 1:171.

3. Esta condição pode ser diretamente deduzida da teoria marxista pela reunião das análises apresentadas em *O Capital*, 1:591-640 e 2:437-46, 515-16.

4. Marx, *O Capital*, 3:773.

5. *Idem*, *ibidem*, Cap. 37.

6. Ver David Harvey, *Social Justice and the city* (Londres e Baltimore: Edward Arnold, 1973). Caps. 2 e 5.

de títulos imobiliários fixam preços-sinais para a produção de novas mercadorias, de tal forma que é possível chegar-se, pelos mecanismos de mercado, a uma alocação "racional" de terras a usos. Entretanto, devido ao caráter difusor das externalidades e ao caráter seqüencial tanto do desenvolvimento urbano como da ocupação, os preços-sinais sofrem toda sorte de sérias distorções. Em consequência, aparecem as mais variadas oportunidades tanto para os apropriadores como para a facção dos construtores, para os loteadores, especuladores e mesmo indivíduos isolados, para embolsarem inesperados mas benvidos lucros e rendas de monopólio. Acirrados conflitos dentro de classes ou facções são, portanto, tão comuns quanto aqueles entre classes e facções.

Entretanto, estamos aqui preocupados principalmente com a estrutura dessa luta em três vias, entre o trabalho, os apropriadores de renda e a facção representada pelos construtores. Considere-se, como exemplo, a luta direta entre trabalhadores e proprietários de terra em torno do custo e qualidade da habitação. Tipicamente, os proprietários imobiliários lançam mão de todo poder a seu alcance para extrair o máximo de renda do estoque de habitações que possuem; nesse sentido eles ajustarão suas estratégias às condições em vigor, de tal maneira que eles maximizam a taxa de retorno sobre seus capitais. Se essa taxa de retorno for muito alta, então é provável que novos fluxos de capital se dirijam para a propriedade da terra; e se a taxa de retorno for muito baixa, provavelmente ocorrerá abandono e desinvestimento. O trabalho procurará, por inúmeras estratégias — por exemplo mudando-se para locais onde a habitação seja mais barata ou estabelecendo controles sobre a renda e códigos de habitação — limitar a apropriação e garantir um mínimo de qualidade para seu abrigo. Até que ponto a disputa é resolvida, depende muito do poder relativo, tanto econômico como político, dos dois grupos, das circunstâncias da oferta e da procura num determinado local e época, e das alternativas que cada grupo dispõe.⁷

A luta se torna tridimensional quando consideramos que a capacidade dos apropriadores de auferir rendas de monopólio sobre habitações velhas é em parte limitada pela capacidade dos interesses da construção de penetrar no mercado e criar novas habitações a preços menores. Afinal, o preço das habitações velhas é fortemente afetado pelos custos de produção de habitações novas. Se o trabalho pode usar seu poder político para conseguir subsídios oficiais para construções, então um tal empreendimento imobiliário assim artificialmente estimulado forçará para baixo a taxa de apropriação dos recursos existentes. Por outro lado, se os apropriadores puderem controlar novos empreendimentos (escalando os custos da terra, por exemplo) ou se por alguma razão novos empreendimentos são dificultados (as exigências das leis urbanísticas na Grã-Bretanha funcionaram tipicamente dessa maneira), então a taxa de aproximação pode subir. Por outro lado ainda, quando o trabalho consegue controlar a taxa de apropriação através de controles diretos sobre a renda, então o preço das casas alugadas cai; novos empreendimentos são desencorajados e a escassez é produ-

zida. Esses são os tipos de conflitos e estratégias de coalizão que devemos esperar em tais situações.

Entretanto, a estrutura do conflito torna-se mais complexa com o "monopólio natural" inerente ao espaço. Por exemplo: o poder monopolístico do proprietário da terra poderá ser em parte modificado pela capacidade que o trabalho tiver de escapar de ser capturado pela proximidade ao local de trabalho. A apropriação a partir da habitação é muito sensível às mudanças dos transportes. A capacidade de fazer um deslocamento mais longo até o local de trabalho depende em parte da taxa de salário (que permite ao trabalhador pagar pela viagem); depende em parte da extensão do dia de trabalho (que dá ao trabalhador tempo para viajar) e em parte depende do custo e disponibilidade de transporte. A explosão na construção de subúrbios em Londres no século XIX, por exemplo, pode ser explicada em grande parte pelo advento das ferrovias e pela oferta de tarifas especiais para operários e ainda pela redução do dia de trabalho que liberou, pelo menos parte da classe trabalhadora, da imposição de morar a uma distância de caminhada a pé do local de trabalho.⁸ A taxa de apropriação de renda a partir de habitações próximas aos centros de emprego tinha, conseqüentemente, de cair. Os subúrbios dos bondes nas cidades americanas e os subúrbios operários de hoje (baseados na energia barata e no automóvel) são exemplos adicionais desse fenômeno.⁹ Pressionando por novas e mais baratas formas de transporte, o trabalhador pode escapar ao aprisionamento geográfico e por consequência reduzir a capacidade dos proprietários, de terras vantajosamente localizadas, de auferir rendas de monopólio. Os problemas ligados ao aprisionamento espacial estão ainda conosco, evidentemente, nos "ghetos" contemporâneos dos pobres, dos idosos, das minorias oprimidas etc. A acessibilidade ainda é um problema fundamental para esses grupos.¹⁰

A luta para se livrar da exploração imediata do proprietário da terra e a contínua batalha para manter baixo o custo de vida muito contribuem para explicar a posição adotada pelo trabalho, com respeito à distribuição e qualidade de todos os elementos do ambiente construído. Infra-estrutura, oportunidades de recreação, equipamentos de lazer, acesso a transportes etc. são todos objeto de disputa. Porém, subjacente a estas preocupações imediatas, está a luta mais profunda sobre o próprio significado do ambiente construído como um conjunto de valores de uso para o trabalho.

Os produtores do ambiente construído, tanto os do passado como os atuais, oferecem ao trabalhador um conjunto limitado de escolhas de condições de vida. Se ele tem limitados recursos para exercer uma demanda efetiva, então ele tem que se virar com aquilo que consegue — exíguas habitações sem infra-estrutura

7. Para uma argumentação mais detalhada ver: David Harvey, "Class-monopoly rent, finance capital and the urban revolution", *Regional Studies* 8(1974)239-55.

8. John R. Kellet, *The impact of railways on Victorian cities*, Londres, Routledge & Paul, 1969, Cap. 11.
9. G. R. Taylor, "The beginnings of mass transportation in urban America", *The Smithsonian Journal of History* 1, n.ºs 1-2: 35-50, 31-54; J. Tarr, "From city to suburb: the moral influence of transportation technology", in *American urban history*, Alexander B. Callow (ed.), Nova York, Oxford University Press, 1973; David R. Ward, *Cities and immigrants*, Nova York, Oxford University Press, 1971.
10. O Relatório da Comissão McCone sobre a rebelião de Watts, em Los Angeles, em 1964, atribuiu muito do descontentamento à sensação de aprisionamento causada pela falta de acesso aos transportes.

Propriedade privada e casa própria para o trabalhador

e precariamente construídas, por exemplo. À medida que aumenta a demanda efetiva, o trabalhador tem uma escolha potencial para optar dentro de um leque mais amplo, e como resultado começam a surgir questões gerais sobre a "qualidade da vida". O capital em geral e aquela sua facção que produz o ambiente construído procuram definir a qualidade de vida para o trabalhador em termos daquelas mercadorias que eles podem produzir lucrativamente em certas localizações. Por outro lado, o trabalho define qualidade de vida apenas em termos de valores de uso e nesse processo pode evocar algumas concepções subjacentes e fundamentais a respeito do que é ser humano. A produção para o lucro e a produção para o uso são freqüentemente conflitantes. Portanto, a sobrevivência do capitalismo requer que o trabalho seja dominado pelo capital, não apenas no processo de trabalho mas também com respeito à própria definição de qualidade de vida na esfera do consumo. A produção, argumentou Marx, não só produz o consumo; ela produz também o modo de consumo, e no final das contas a isto se reduz, evidentemente, o fundo de consumo para o trabalho.¹¹ Por essa razão o capital em geral não pode suportar que o desfecho das lutas sobre o ambiente construído seja determinado simplesmente pelos poderes relativos do trabalho, dos apropriadores da renda e da facção dos construtores. Este precisa, periodicamente, jogar seu peso na balança para produzir desfechos que sejam favoráveis à reprodução da ordem social capitalista. É para esses aspectos da questão que nossa atenção deve voltar-se agora.

As intervenções do capital nas lutas sobre o meio construído

Quando o capital intervém em lutas sobre o meio construído, em geral o faz através da intermediação do poder do Estado. Um exame superficial da história dos países capitalistas avançados mostra que a classe capitalista às vezes joga seu peso a favor do trabalho e às vezes a favor de outras facções. Entretanto, a história também sugere uma certa regularidade e um racionalismo subjacente nessas intervenções. Podemos nos aproximar dessas regularidades reunindo essas intervenções sob quatro grandes categorias: propriedade privada e casa própria para a classe trabalhadora, o custo de vida e o valor da força de trabalho, a administração do consumo coletivo dos trabalhadores no interesse de uma firme acumulação do capital, e finalmente um item muito complexo e muito importante referente às relações com a natureza, a imposição de uma disciplina de trabalho e outros semelhantes. A discussão dessas regularidades nos ajudará a identificar um sentido bem mais profundo nas lutas diárias nas quais se envolve o trabalho em seu ambiente de vida.

11. Marx, *Grundrisse*, Introdução.

A luta na qual o trabalho se compromete em seu ambiente de vida, contra a apropriação da renda, é uma luta contra o poder monopolístico da propriedade privada. A luta do trabalhador contra o princípio da propriedade privada não pode ser facilmente confinada à arena da habitação e "... a irritante questão das relações entre renda e salários... facilmente escorrega para a questão das relações entre o capital e o trabalho".¹² Por essa razão a classe capitalista como um todo não pode se permitir ignorá-la. Essa classe precisa manter como sacrossanto o princípio da propriedade privada. Uma luta bem desenvolvida entre inquilinos e senhores, com os primeiros reclamando por propriedade pública, municipalização ou coisa semelhante, coloca todo o princípio em questão. Conseqüentemente, a vulgarização da casa própria, individualizada, é vista como vantajosa para a classe capitalista porque ela estimula a fidelidade de pelo menos uma parte da classe operária ao princípio da propriedade privada, além de promover a ética de um "individualismo possessivo" bem como a fragmentação dessa classe em "classes de habitação" constituídas de inquilinos e proprietários.¹³ Isto dá a classe capitalista uma bem-vinda alavanca ideológica a ser usada contra a propriedade pública e exigências de nacionalização, porque é fácil dar a estas a aparência de que elas pretendem tirar dos trabalhadores as suas casas próprias. Entretanto, a maioria dos moradores de casa própria não é totalmente proprietária de suas casas. Em geral eles contraem empréstimos com base numa hipoteca. Isto coloca o capital financeiro numa posição hegemônica com relação ao funcionamento do mercado de habitações, posição essa que de maneira alguma o desagrada.¹⁴ A aparente entrada dos trabalhadores nas formas menores de propriedade de habitações é, na realidade, em grande parte, seu exato oposto: a penetração de capital-dinheiro numa posição de controle, dentro do fundo de consumo. O capital financeiro não controla somente a disponibilidade e a taxa de novos investimentos em habitação; controla também o trabalhador através de crônicas obstruções por dívidas. Um trabalhador hipotecado até o pescoço é, na maioria dos casos, um bastião da estabilidade social e os esquemas para promover a casa própria para a classe trabalhadora há muito tempo que reconheceram este fato básico. Em troca, o trabalhador pode lentamente estabelecer alguma equidade com relação à propriedade.

12. Citado em Counter Information Services, *The recurrent crisis of London* (CIS, 52 Shaftesbury Ave, Londres, W. 1).
13. C. R. McPherson, *The political theory of possessive individualism* (Oxford, Clarendon Press, 1962); J. Rex e T. Moore, *Race community and conflict* (Londres, Oxford University Press, 1975).
14. M. Stone, "Housing and class struggle", *Antipode*, vol. 7, n.º 2 (1975). David Harvey, "The political economy of urbanization in advanced capitalist societies: the case of the United States", in *The social economy of cities*, G. Gappert e H. Rose, Beverly Hills, Urban Affairs Annual, n.º 9, 1975.

Esta última consideração tem algumas ramificações importantes. Os trabalhadores colocam suas economias sob a forma física de uma propriedade. Obviamente eles procurarão preservar o valor dessas economias e se possível aumentá-lo. A casa própria pode também conduzir a formas menores de propriedade da terra, a qual tem sido um meio tradicional e muito importante de os trabalhadores, individualmente, se envolverem na apropriação de valores, às custas de outros trabalhadores. Porém, mais importante ainda é que todo proprietário de habitação, quer goste ou não, é aprisionado numa luta pela apropriação de valores por causa dos flutuantes padrões de custos e benefícios externos produzidos no ambiente construído. Uma nova avenida pode destruir o valor de algumas habitações e elevar o valor de outras, o mesmo se aplicando a todos os tipos de novos empreendimentos urbanos, renovações, obsolescimento acelerado etc.

A forma pela qual o trabalho se relaciona com esses efeitos externos é fundamental, pelo menos porque o mercado habitacional é de longe, em termos quantitativos, o mercado mais importante de qualquer elemento individual do ambiente construído. Seria muito difícil compreender a tensão política entre os subúrbios e as áreas centrais nos Estados Unidos sem reconhecer a fragmentação que ocorre dentro da classe trabalhadora, à medida que parte dela ingressa na casa própria e se torna profundamente preocupada com a preservação e se possível a elevação do seu justo valor. As tensões sociais onipresentes dentro da "estrutura da comunidade" das cidades americanas são analogamente afetadas. A casa própria, em suma, convida uma facção da classe trabalhadora a comprometer sua luta inevitável pela apropriação do valor nas sociedades capitalistas, de uma maneira muito diferente. Ela a coloca do lado do princípio da propriedade privada e freqüentemente leva a se apropriar de valores às custas de outras facções da classe trabalhadora. Com esse maravilhoso instrumento para dividir e governar à sua mercê, não chega a ser surpreendente que o capital em geral alie-se ao trabalho a esse respeito, contra os interesses fundiários. É como se o capital, tendo confiado na propriedade fundiária para divorciar o trabalho de uma das condições básicas de produção, preservasse intacto o princípio da propriedade privada face à luta de classes, permitindo que o trabalho retorne ao mundo como um proprietário parcial de terras e de propriedades, como uma condição para o consumo.

O custo de vida e a taxa de salário

Marx argumentou que o valor da força de trabalho é determinado pelo valor das mercadorias necessárias para reproduzir essa mesma força de trabalho. Essa

equivalência pura desaparece no âmbito da formação dos preços, mas mesmo assim existe uma relação de algum tipo entre os salários e o custo daquelas mercadorias essenciais para a reprodução da família.¹⁵

Uma taxa excessiva de apropriação da renda pelos proprietários da terra elevará o custo de vida para a força de trabalho e gerará demandas salariais mais altas que, se forem atendidas, poderão ter o efeito de baixar a taxa de acumulação do capital. Por essa razão, o capital em geral pode-se colocar ao lado do trabalho na luta contra apropriações excessivas e tentar também baixar os custos de produção de uma mercadoria tão importante como a habitação. Os capitalistas podem, eles próprios, procurar oferecer habitações baratas como nas "comunidades modelos" típicas dos primórdios da Revolução Industrial, ou podem até mesmo apoiar as reivindicações do trabalho por habitações baratas e subsidiadas ou de propriedade pública, desde que isso possibilite o pagamento de salários mais baixos. Pela mesma razão, a classe capitalista pode procurar promover, através do Estado, a industrialização da construção civil e a racionalização da produção do ambiente construído através de políticas globais de planejamento do uso do solo, programas de cidades novas e outras medidas do gênero. Entretanto, os capitalistas tenderão a se interessar por essas coisas somente enquanto os trabalhadores estiverem numa posição que lhes permita, através de seu poder de organização coletiva, ligar os salários ao custo de vida.

Essas considerações se aplicam a todos os elementos do ambiente construído (bem como aos serviços e gastos sociais) que são relevantes para a produção da força de trabalho. Aqueles que são oferecidos pelo poder público (ou seja, a maioria deles fora habitação e, até recentemente, também os transportes) podem ser controlados por um governo municipal que seja consciente dos custos, vigiado pela comunidade empresarial local; eventualmente, talvez numa situação de emergência como aquela vivida por Nova York tanto nos anos 30 como nos anos 70, pode ser vigiado também pelas instituições do capital financeiro. No interesse de manter mínimo o custo de reprodução da força do trabalho, a classe capitalista como um todo pode procurar meios coletivos para intervir nos processos de investimento e de apropriação no meio construído. De maneira muito semelhante àquela pela qual o proletariado freqüentemente se aliou à burguesia industrial ascendente contra os interesses fundiários nos primórdios do capitalismo, freqüentemente encontramos o capital em geral aliando-se ao trabalho, nas sociedades capitalistas avançadas, contra a excessiva apropriação da renda e contra os crescentes custos de novos empreendimentos imobiliários. A coalizão não é forjada altruisticamente, mas surge organicamente da relação entre a taxa de salário e os custos de reprodução da força de trabalho.

15. A relação entre valores e preços na teoria marxista é altamente problemática e envolve-nos no celebrado "problema da transformação". Para não serem cometidos enganos tolos é importante ter em mente que o valor da força de trabalho não é automaticamente representado pela taxa de salário.

Consumo “racional”, administrado e coletivo

Os trabalhadores mediam a circulação de mercadorias utilizando seus salários para adquirir meios de consumo produzidos pelos capitalistas. Qualquer falha por parte dos trabalhadores no uso correto e racional de seu poder aquisitivo, do ponto de vista da produção capitalista e do sistema de realização, obstruirá a circulação de mercadorias. No início do capitalismo esse problema não era tão importante porque o comércio com sociedades não capitalistas podia facilmente preencher qualquer brecha na demanda efetiva. Porém, com a transição para o capitalismo avançado, o mercado interno representado pela força de trabalho assalariada passou a apresentar importância cada vez maior. Também, à medida que se eleva o padrão de vida, no sentido de que os trabalhadores têm à sua disposição cada vez mais mercadorias, aumentam as possibilidades de “irrationalidades” no consumo. O fracasso no exercício de uma adequada demanda efetiva pode ser uma fonte de crises. Aliás, uma das grandes contribuições de Keynes foi demonstrar para a classe capitalista que, sob certas condições, a saída de uma crise manifestada sob a forma da queda da taxa de lucro não era baixar os salários, mas aumentá-los e em consequência expandir o mercado.

Entretanto, isso pressupõe, evidentemente, que os trabalhadores desejam gastar seus salários “racionalmente”. Se admitirmos, com Adam Smith, que a espécie humana tem um infinito e insaciável apetite por “quinquilharias e brinquedos”, então não há problemas. Porém Malthus divulgou uma outra preocupação quando observou que a história da sociedade humana “... demonstra suficientemente (que) um eficiente gosto pelo luxo e pelo conforto, isto é, o gosto que estimularia adequadamente a indústria, ao invés de estar pronto para aparecer no momento em que é desejado, é uma planta de lento crescimento”.¹⁶

Conforme confirmou Marx, a produção pode gerar o consumo e o modo de consumo, mas ela não o faz automaticamente, e a maneira como o faz é o *locus* de contínua luta e conflito.¹⁷

Considere-se, antes de mais nada, a relação entre a produção capitalista e a economia doméstica. Nos Estados Unidos, em 1810, por exemplo “... os melhores dados disponíveis para os historiadores mostram que ... cerca de dois terços do vestuário ... era produzido como manufatura doméstica”, mas, por volta de 1860, o advento do capitalismo industrial sob a forma da indústria têxtil da Nova Inglaterra tinha mudado tudo: “... a manufatura doméstica tinha sido eclipsada pelo desenvolvimento da produção industrial e da economia de mer-

cado”.¹⁸ Aos poucos, atividades tradicionalmente associadas ao trabalho doméstico são trazidas para dentro da economia de mercado capitalista —, panificação, fermentação, preservação, cocção, preparação de alimentos, lavagem, limpeza e até mesmo a criação e socialização das crianças. Com respeito ao ambiente construído, a construção e a conservação da casa integram-se à economia de mercado. Nos Estados Unidos, no século XIX, uma substancial proporção da população construía a casa própria com seu próprio trabalho e material local. Atualmente quase todas as unidades habitacionais são construídas através do sistema de mercado.

O advento do sistema fabril foi uma faca de dois gumes com respeito à economia doméstica. De um lado ele afastou o assalariado do seu lar. No início do capitalismo industrial ele o fez durante 12 a 14 horas por dia e, sob condições particularmente expropriativas, forçou toda a família — mulheres e crianças, além dos homens — a integrar a força de trabalho assalariada; dessa forma os salários da família podiam ficar estáveis diante de uma taxa de salário decrescente. Daquela época assim escreve E.P. Thompson: “Cada estágio da especialização e diferenciação industriais golpeou também a economia doméstica, perturbando as relações usuais entre marido e mulher e entre pais e filhos, aprofundando ainda mais a distinção entre o “trabalhar” e o “viver”. Seria necessário todo um século para que essa distinção produzisse resultados sob a forma de mecanismos poupadores de trabalho, que foram novamente introduzidos no lar da mulher que trabalha”.¹⁹

Esse “retorno” de mercadorias para o lar é o outro gume da faca. O sistema fabril produziu valores de uso para o consumo, mais barato e com menos esforço do que a casa. Os valores de uso podem ser sob a forma de produtos padronizados; entretanto deveria, pelo menos, haver mais deles, e portanto uma base material para um crescente nível de vida do trabalhador. No início do capitalismo industrial, isto não aconteceu, de maneira geral. Os trabalhadores certamente trabalhavam mais horas e provavelmente recebiam menos em termos de valores de uso (embora a evidência sobre este último aspecto seja fragmentada e controversa).²⁰ Porém, a crescente produtividade do trabalho que ocorre com a acumulação, a consequente necessidade de se estabelecer um mercado interno e um século ou mais de luta de classes mudaram tudo isso. Bens de consumo duráveis e itens do fundo de consumo (como a habitação) tornaram-se setores de crescimento muito importantes para a economia, e as condições políticas e as bases materiais para um crescente padrão de vida para o trabalho foram na verdade atingidos.

A experiência da classe trabalhadora em substituir o trabalho na fábrica pelo trabalho em casa tem, portanto, aspectos positivos e negativos. Essas substitui-

16. T. R. Malthus, *Principles of political economy*, Nova York, Keeley Reprint, 1836, p. 321.

17. Marx, *Grundrisse*, Introdução.

18. Thomas Bender, *Toward and urban vision, ideas and institutions in nineteenth century America*, Lexington, Kentucky, University Press of Kentucky, 1975, p. 26-29. R. M. Tryon, *Household manufactures in the United States: 1640-1860*, Chicago, University of Chicago Press, 1917.

19. E. P. Thompson, *The making of the English working class*, Harmondsworth, Middlesex, 1968, p. 455.

20. Id., *ibid.*, Cap. 10; E. J. Hobsbawm, *Labouring men*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1964, Cap. 7.

ções, entretanto, não são fáceis de serem conseguidas, pois envolvem a natureza e a estrutura da família: o papel da mulher na sociedade, tradições culturalmente arraigadas etc. As próprias substituições são um foco de luta. O consumo racional de mercadorias em relação à acumulação do capital implica um certo equilíbrio entre aquisições no mercado e trabalho caseiro. A luta para substituir o primeiro pelo segundo é significativa porque seu desfecho define o próprio sentido de valores de uso e do padrão de vida para o trabalhador, em seus aspectos enquanto mercadorias. Portanto, a construção do ambiente construído tem que ser encaixada no contexto de uma luta sobre toda uma maneira de viver e de ser.

Técnicas de persuasão são largamente utilizadas nas sociedades capitalistas avançadas para assegurar o consumo racional. A exortação moral e empreendimentos filantrópicos são postos em ação "... para elevar as condições do trabalhador através do aprimoramento de suas forças mentais e morais e no sentido de fazer dele um consumidor racional".²¹ A igreja, a imprensa e a escola podem ser mobilizados em benefício do consumo racional ao mesmo tempo que podem ser veículos de um desenvolvimento da classe trabalhadora. Além disso existem sempre, é claro, as doçuras da propaganda e as técnicas da Madison Avenue.

Seria inútil pretender que "o padrão de vida do trabalhador" tenha permanecido intocado por essas técnicas. Novamente, porém, estamos lidando com uma faca de dois gumes. Elas podem, na verdade, exercer sobre a força de trabalho aquilo que Marx chamou de "influência civilizadora", e serem usadas pelo trabalhador para elevá-lo a uma nova condição de bem-estar material e mental, a qual, por sua vez, oferece uma base nova e mais sólida para a luta de classes.²² Inversamente, os esforços desempenhados pelo trabalhador para melhorar suas condições podem ser pervertidos por várias estratégias, através de uma definição de valores de uso que seja vantajosa para a acumulação ao invés de refletirem as reais necessidades humanas do trabalho. A demanda humana de abrigo transforma-se, por exemplo, num processo de acumulação através da produção de habitações.

O consumo racional pode ser também assegurado pela coletivização do consumo principalmente, embora não exclusivamente, através do Estado.²³ As demandas da classe trabalhadora por saúde, habitação, educação e serviços sociais das mais variadas naturezas são usualmente expressas através de canais políticos; o governo arbitra essas demandas e procura conciliá-las com as exigências da acumulação. Muitas dessas demandas são atendidas pela provisão coletiva de bens e serviços, o que significa que todos os consomem, quer queiram ou não. Os sistemas capitalistas têm evoluído cada vez mais no sentido da coletivização do consumo por causa da necessidade, claramente compreendida pelas políticas

21. Marx, *O Capital*, 2:516; Dickens satirizou o papel da filantropia burguesa em relação ao consumo do trabalhador em *Hard times*.

22. Marx, *O Capital*, p. 408.

23. O tema do consumo coletivo tem sido estudado com algum detalhe pelos analistas urbanos franceses. Ver E. Preteceille, *Equipements collectifs, structure urbaine et consommation sociale*, Paris, Centre de Sociologie Urbaine, 1975, e M. Castells, "Collective consumption and urban contradictions in advanced capitalist societies", in *Patterns of advanced societies*, L. Lindberg (ed.), Nova York, 1975.

fiscais keynesianas, de administrar o consumo segundo os interesses da acumulação. Pela coletivização, a escolha do consumidor é traduzida, da anarquia descontrolada da ação individual, para a área aparentemente mais controlável da ação estatal. Essa tradução não ocorre sem luta, tanto sobre a liberdade de escolha individual (que gera um forte sentimento antiburocrático) como sobre a definição dos valores de uso envolvidos (por exemplo: defesa nacional *versus* habitação subsidiada para os pobres).

O ambiente construído tem um papel importante e peculiar com relação a tudo isso. O conjunto de recursos que ele envolve — ruas, passeios, sistemas de esgotos e de drenagem, parque e áreas de recreio — contém muitos elementos que são consumidos coletivamente. A provisão pública de tais bens públicos é uma forma "natural" de consumo coletivo que o capital pode facilmente colonizar através do Estado. Da mesma forma, a soma das decisões individuais privadas cria um efeito público por causa da permeabilidade dos efeitos externos que, em si, forcem certas formas de consumo coletivo através da ação privada: se eu não consigo manter meu quintal limpo, então meus vizinhos são obrigados a vê-lo. O ambiente construído exige controle e administração coletivos; portanto, é quase certo que ele se torne um campo importante na disputa entre o capital e o trabalho, em torno do que é bom para a acumulação e do que é bom para as pessoas.

O fundo de consumo tem respondido por uma crescente proporção do investimento agregado bruto no ambiente construído deste por volta de 1980, tanto na Grã-Bretanha como nos Estados Unidos.²⁴ O setor habitacional, particularmente, tornou-se um importante instrumento de política macroeconômica para estabilizar o crescimento econômico, principalmente nos Estados Unidos, onde ele tem sido abertamente utilizado como um regulador keynesiano (nem sempre, devemos acrescentar, com sucesso). Além disso, há também fortes efeitos multiplicadores que devem ser levados em conta. A construção de habitações, por exemplo, exige investimentos complementares em outros aspectos do ambiente construído, bem como numa ampla gama de bens de consumo duráveis. Os multiplicadores variam bastante em função do projeto e de outras considerações, porém em todos os casos eles são substanciais.

Esses multiplicadores adquirem uma importância adicional quando os consideramos em relação ao poder coercitivo que o ambiente construído pode exercer sobre nossa vida diária. Sua longevidade e sua rigidez espacial, juntamente com seus métodos de financiamento e amortização, significam que uma vez que o tenhamos criado, precisamos usá-lo se não quisermos que se perca o valor que ele representa. Nas relações sociais capitalistas, o ambiente construído torna-se um artefato do trabalho humano que subsequenteiramente retorna para dominar a vida diária. O capital procura mobilizá-lo como força coercitiva para ajudar na manutenção da acumulação. Se nossas cidades são, por exemplo, construídas para guiar automóveis, então nós precisamos guiar automóveis a fim de viver

24. S. Kuznets, *Capital in the american economy: its formation and financing*, Princeton, Nova Jersey, Princeton University Press, 1961.

“normalmente”, quer gostemos ou não. Os grupos de pressão política representantes dos interesses rodoviários nos Estados Unidos, as indústrias de automóveis, do petróleo e da borracha, bem como os interesses da construção mudaram a face do país e se utilizaram do poder coercitivo do ambiente construído para assegurar o crescimento racional do consumo de seus produtos.²⁵ Mas o trabalho não esquece essas pressões. As configurações de valores de uso, que o capital impõe ao trabalho, podem encontrar resistências ou serem transformadas para se adaptarem aos objetivos e necessidades do trabalho: o automóvel, por exemplo, torna-se um meio de fuga (veremos, rapidamente, fuga do quê).

Tendo em vista que o capitalismo tem sobrevivido, temos forçosamente que concluir que o capital domina o trabalho não só no local de trabalho, mas também no espaço de viver, através da definição da qualidade e dos padrões de vida da força de trabalho, em parte pela criação de ambientes construídos que se adaptem às exigências da acumulação e da produção de mercadorias. Colocar a questão dessa forma vigorosa não significa dizer que o trabalho não pode vencer em aspectos particulares, nem implica a existência de uma e apenas uma definição de valores de uso para o trabalho, que se adapte aos interesses da acumulação. Há inúmeras possibilidades, porém os limites de tolerância do capital são, mesmo assim, claramente definidos. Que o trabalho lute dentro desses limites, é uma coisa; outra coisa é querer ultrapassá-los. Aqui é que a verdadeira briga começa.

A socialização do trabalho e as relações com a natureza

O trabalho e o viver não podem ser totalmente divorciados um do outro. O que acontece no lugar onde se trabalha não pode ser esquecido no lugar onde se vive; no entanto, temos uma compreensão muito pobre das relações entre ambos.²⁶ A definição de “um valor de uso para o trabalho no ambiente construído” não pode independer da experiência de trabalho. Nas considerações a seguir, vamos abordar dois aspectos muito importantes dessa questão.

Há uma tendência no sentido de se esquecer que o advento do sistema fabril exigiu uma extraordinária adaptação da vida social. Ele transformou o camponês e o artesão independente num mero dente da engrenagem de produção de

mais-valia. O trabalhador tornou-se uma “coisa”, um mero “fator de produção” a ser usado no processo de produção segundo os desejos do capitalista. Mas a nova ordem econômica também exigia que “... os homens que fossem não-acumulativos, não aquisitivos, acostumados a trabalhar para a subsistência e não para a maximização dos rendimentos, se tornassem obedientes aos estímulos do dinheiro, e obedientes de uma maneira tal que reagissem com precisão ao estímulo”. A adaptação do trabalhador ao novo modo de produção e a imposição de uma disciplina de trabalho, e de tudo que com ela vem, não eram e ainda não são uma questão fácil. Conseqüentemente, o “... proletariado industrial moderno foi iniciado em seu papel não tanto por atrativos ou recompensa financeira, mas por compulsão, força e medo. Não lhe foi permitido crescer como num jardim ensolarado; ele foi forjado a fogo e a martelo”.²⁷ As conseqüências disso para as formas subseqüentes da luta de classes foram enormes e como Braverman indica, “... a adaptação dos trabalhadores ao modo capitalista de produção precisou ser renovada a cada geração”.²⁸

A imposição de uma disciplina de trabalho foi conseguida em parte através de treinamento, ameaças, incentivos ou bajulação, no local de trabalho. Estas práticas foram eficientes, mas não suficientes em si. No início do capitalismo industrial, os problemas foram particularmente sérios, pois o capitalismo ainda não havia tecido a “... teia da moderna vida capitalista que finalmente torna impossíveis todos os outros modelos de vida”.²⁹

Originou-se então um movimento, por parte do capital, no sentido de inculcar na classe trabalhadora a “ética de trabalho” e os “valores burgueses” de honestidade, confiabilidade, respeito pela autoridade, obediência às leis e às regras, respeito à propriedade e aos acordos contratuais etc. O assalto aos valores da classe trabalhadora foi em parte conduzido através de canais religiosos, educacionais e filantrópicos, e freqüentemente o paternalismo dos industriais era jogado na balança. Existe, porém, um outro componente desse fenômeno, que é de particular interesse para nós aqui. Os primeiros industriais tinham que lidar com os trabalhadores tanto dentro quanto fora da fábrica.

“Os esforços no sentido de reformar por completo o homem foram particularmente marcantes nas pequenas cidades industriais e vilas operárias onde todo o ambiente estava sob controle de um único empregador. Aqui, alguns dos principais empreendimentos da revolução industrial foram condensados. Esses agrupamentos foram fundados por industriais para os quais tinham, como único motivo, a busca de lucro; nessa empreitada os industriais se lançaram, tendo no bolso a política e as leis; no seu capricho, a qualidade de vida; e na sua imagem, seu supremo objetivo ... Por maior que fosse a diferença externa entre o violento patrão e o construtor das comu-

25. Ver as análises de J. Flink, *The car culture*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press, 1975 e H. Leavitt, *Superhighway — Super Hoax*, Garden City, Nova York, Doubleday, 1970.

26. Uma interessante tentativa de abordar esta questão está em: J. E. Vance, “Housing the worker: the employment linkage as a force in urban structure”, *Economic Geography*, 42, 1966, p. 294-325.

27. S. Pollard, *The genesis of modern management*, Cambridge, Harvard University Press, 1965, p. 161, 207.

28. Harry Braverman, *Labor and monopoly capital*, Nova York, Monthly Review Press, 1974, p. 139.

29. *Id.*, *ibid.*, p. 151.

nidades-modelos, 'do ponto de vista do controle do trabalho, ambos os tipos de administração fabril exibiam grande preocupação com a aplicação da disciplina'".³⁰

Essa necessidade de socializar a força de trabalho a um processo de trabalho, através de um controle exercido no local onde ela vive, é endêmica no capitalismo, mas é particularmente notável quando são introduzidos novos tipos de processo de trabalho. O dia de cinco dólares e oito horas na linha de montagem, introduzido por Henry Ford em 1914, foi acompanhado de muita retórica puritana e de um "filantrópico" sistema de controle que afetava praticamente todas as facetas da vida do trabalhador.

"Uma equipe de mais de trinta pesquisadores... visitava a casa dos trabalhadores, recolhendo informações e dando conselhos sobre detalhes íntimos do orçamento familiar, dieta, arranjos de vida, recreação, vida social e moral... O operário que se recusasse a aprender inglês, rejeitasse os conselhos do funcionário, jogasse ou bebesse em excesso ou fosse considerado culpado 'de qualquer prática maliciosa prejudicial à virilidade física ou caráter moral...' estava desqualificado para o salário de cinco dólares".³¹

Os comentários de Gramsci ao fordismo são perspicazes.³² Naquele ponto da história da acumulação capitalista, emerge a "... necessidade de se elaborar um novo tipo de homem adequado ao novo tipo de trabalho e ao novo tipo de processo produtivo". Essa transformação, argumentou Gramsci, somente poderia ser conseguida através de uma habilidosa combinação de força e persuasão, incluindo-se, nesta última, altos salários, "vários benefícios sociais e propaganda ideológica extremamente sutil". As iniciativas puritanas e de controle social de Ford tinham o objetivo de "... preservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psicofísico que impedisse o colapso fisiológico do trabalhador, exaurido pelo novo método de produção". Os trabalhadores tinham que gastar seu dinheiro "... racionalmente a fim de manter, renovar e, se possível, aumentar (sua) eficiência muscular e nervosa". Os violentos ataques ao álcool e à atividade sexual eram também parte do esforço global no sentido de inculcar "... os hábitos e costumes necessários aos novos sistemas de vida e trabalho". Os acontecimentos que envolveram a introdução do fordismo constituem um clássico exemplo das tentativas do capital de moldar a pessoa em seu local de vida, para adequá-la às exigências do local de trabalho.

Nosso interesse aqui está, evidentemente, em compreender a maneira pela qual os industriais e em particular os construtores de comunidades definiram a qualidade de vida para seus trabalhadores e se utilizaram do ambiente construído como parte de uma estratégia geral para inculcar valores burgueses e uma "responsável" disciplina de trabalho industrial. Já identificamos uma moderna

versão disso na promoção da casa própria para a classe trabalhadora, como um meio de assegurar o respeito ao direito de propriedade e estabilidade social. Essa vinculação foi reconhecida nos Estados Unidos no início do século XIX.³³ Entretanto, estamos aqui preocupados com formas mais diretas de controle do local de vida. Bender, por exemplo, sugere que as pensões construídas para alojar as moças que trabalhavam nas usinas de Lowell, na década de 1820, "... serviam como um equivalente funcional da família rural", e operavam como "... um eficiente mecanismo de adaptação" para as moças que eram atraídas das fazendas de Nova Inglaterra para as fábricas.³⁴ Este aspecto apresentava uma manifestação altamente eficiente na concepção e no funcionamento das instituições destinadas a lidar com aqueles que não podiam ou não queriam se adaptar ao novo estilo de vida. Já desde os tempos elizabetanos, por exemplo, loucura e desemprego eram considerados a mesma coisa, enquanto o advento do capitalismo industrial teve o efeito de definir doença física como sendo a incapacidade de ir ao trabalho. Tanto Pollard, no contexto britânico, como Rothman, no contexto americano, identificam a conexão entre as grandes instituições sociais — asilos, penitenciárias, hospitais e até mesmo escolas — e o sistema fabril, ao qual elas se assemelham bastante, tanto em seu *lay-out* como na organização da disciplina interna. A reabilitação do condenado nos Estados Unidos de Jackson, por exemplo, significava a socialização do condenado segundo algo semelhante à disciplina do trabalho industrial.³⁵

O fato de que existe uma relação de algum tipo entre o trabalhar e o viver e que, acionando-se este último, o esforço pode ser transmitido para o primeiro, não passou despercebido à classe capitalista. Um tema persistente na história das nações capitalistas avançadas tem sido a procura daqueles aprimoramentos do local de vida que podem estimular a felicidade, a docilidade e a eficiência do trabalho. Nas comunidades-modelos esse tipo de programa é bastante explícito. George Pullman, em sua malfadada experiência, construiu em 1880 a cidade nova que leva seu nome, a fim de

"... atrair e reter um tipo superior de operário, que por sua vez seria 'elevado e refinado' pelo ambiente físico. Isso significaria empregados satisfeitos e conseqüentemente uma redução do absentismo, do alcoolismo e da prática de 'fazer hora' no trabalho. Mais ainda. Esperava-se de tais operários que eles fossem menos suscetíveis à exortação dos 'agitadores' do que os desmoralizados trabalhadores dos cortiços da cidade. Sua cidade-operária protegeria sua fábrica das greves e das agitações de trabalhadores".³⁶

Além disso, é bom lembrar que se esperava que todo o empreendimento rendesse 6% sobre o capital investido. A greve de Pullman de 1894 foi um epitáfio que

30. Pollard, *Modern management*, p. 115.

31. Flink, *Car culture*, p. 89.

32. Todas as citações a seguir podem ser encontradas em: Antonio Gramsci, *Selections from the prison notebook*. Londres, 1971. p. 285-318.

33. Bender, *Urban vision*, p. 197.

34. *Id.*, *ibid.*, p. 63.

35. Ver Michael Foucault, *Madness and civilization*, Nova York, Pantheon Books, 1965; Pollard, *Modern management*, p. 162; David Rothman, *The discovery of the asylum*, Boston, Little, Brown, 1971; Samuel Bowles e H. Gintis, *Schooling in capitalist America*, Nova York, Basic Books, 1975. As relações entre a escola e a fábrica são descritas com extraordinária penetração na obra de Charles Dickens, *Hard times*.

36. S. Buder, *Pullman*, Oxford University Press, 1967, p. 44.

veio a calhar para esse sonho, demonstrando que o controle direto e unificado da vida dos trabalhadores pelos capitalistas, tanto no local de trabalho como no local de viver, é um assunto explosivo.

A greve de Pullman apenas confirmou aquilo que, da qualquer forma, já vinha se revelando lentamente aos produtores capitalistas através do século XIX. O confronto direto entre o capital e o trabalho no ambiente de vida exacerba as tensões e conflitos de classe, principalmente porque o trabalho pode facilmente identificar o inimigo, quer este esteja nas casas operárias fornecidas pela indústria, na loja fornecida pela indústria, nos serviços sociais fornecidos pela indústria ou no próprio local de trabalho. Não foi por acaso que algumas das mais ferozes confrontações e greves — tais como a de Homestead, de 1892, e a de Pullman, de 1894 — ocorreram em “company towns”. Sob tais condições, é vantajoso para os produtores capitalistas procurar influências mediadoras que tornam difuso o objetivo do descontentamento dos trabalhadores. A privatização da oferta de habitações, a criação de uma classe de locatários, a criação de inúmeros intermediários nos setores varejista e atacadista e ainda a prestação, pelo governo, de serviços sociais e bens públicos, tudo isso ajuda aquela difusão. Além disso, essas medidas servem também para socializar parte dos custos de reprodução da força de trabalho e facilitar a mobilidade da mão-de-obra. Por todas essas razões os industriais capitalistas procuram se afastar totalmente de qualquer movimento direto com a provisão ou administração do ambiente construído.

A proposta geral que Pullman tinha em mente, depurada de seu paternalismo e de seus aspectos de controle rígido, direto e centralizado, ainda é importante. A ruptura das amarras com a antiga ordem social era claramente necessária, caso se pretendesse impor ao camponês ou artesão relutante a nova disciplina do trabalho industrial. Porém, essa ruptura colocou seus próprios problemas de controle social e ameaçava de várias maneiras a estabilidade econômica e social da nova ordem. Os reformadores burgueses procuraram neutralizar essas ameaças e há muito tempo argumentam que habitação, educação e assistência à saúde adequadas são essenciais caso se pretenda que os trabalhadores se tornem cidadãos satisfeitos, virtuosos e sólidos, capazes e desejosos de desempenhar eficientemente as tarefas do trabalho e, portanto, executar a parte que lhes toca na acumulação do capital.³⁷ Inversamente, a cidade industrial típica, com seus cortiços e seu congestionamento, sua guerra de todos contra todos, seus traços de vício e “degeneração moral”, sua sujeira, sua fuligem e suas doenças, era encarada como incompatível com a formação de um respeitável corpo de cidadãos da classe operária. Às vezes, a estratégia da reforma estava baseada num determinismo ambiental um pouco ingênuo; a idéia de que boa habitação cria bons trabalhadores aparece periodicamente no palco do pensamento reformista burguês, em geral com conseqüências não muito eficientes. Entretanto, em sua forma mais

37. Muito desse material, bem como desses argumentos, são derivados de R. A. Walker: *The suburban solution*, dissertação.

sofisticada, as reformas burguesas se revelaram capazes de canalizar e organizar as relações entre o trabalhador e o viver de maneira tal, que realmente contribuíram para o restabelecimento da estabilidade social e para a criação de uma força de trabalho relativamente satisfeita. Foi no curso desse esforço que os reformadores definiram, de certa maneira, o significado de um valor de uso para o trabalho no ambiente construído. O capital procurou intervir dessa vez, indiretamente, através da reforma burguesa e através de mecanismos políticos e ideológicos — pois isso atendia a seus próprios objetivos, além de fortalecer-lhe o pulso em sua histórica luta contra o trabalho. Entretanto, tal como sintetizado na greve de Pullman, o trabalho nem sempre é um parceiro voluntário e dócil em tais manipulações.

Isso nos conduz ao segundo aspecto das conexões entre o trabalhar e o viver na sociedade capitalista. A postura materialista de Marx levou-o a encarar as relações com a natureza como talvez a mais fundamental das relações ordenadoras das questões humanas. Essas relações são, em si, fundamentalmente expressas através do processo de trabalho que transforma as matérias-primas da natureza em valores de uso. O modo de organização desse processo de trabalho — o modo de produção — é portanto a base sobre a qual Marx constrói suas investigações. Colocar a coisa nesses termos não significa engajamento num determinismo econômico simplista; significa tão-somente adiantar a tese de que a relação com a natureza é o aspecto mais fundamental dos assuntos humanos. O capitalismo industrial, armado com o sistema fabril, organizou o processo de trabalho de maneira tal que transformou a relação entre o trabalhador e a natureza num travesti até mesmo de sua antiga e limitada forma. Por ter sido reduzido a uma “coisa”, o trabalhador se tornou alienado de seu produto, da maneira de produzi-lo e, em última instância, da própria natureza.³⁸

Que havia algo de degradante e antinatural nesse processo era aparente até mesmo para a consciência burguesa. Na verdade, a organização do sistema fabril parecia tão antinatural para a burguesia quanto para aqueles que tinham que viver suas vidas diariamente sob seu regime. A essa compreensão, como indica Raymond Williams, o capital fundiário chegou bem antes da revolução industrial.

“A organização de parques com perspectivas ‘arcadianas’ dependia de um sistema completo de exploração da agricultura e das pastagens verdadeiramente rurais, para além dos limites do parque... (Estes) eram partes interligadas de um mesmo processo, ou seja, superficialmente antagônicos no gosto, mas somente no caso (único) em que a terra estava organizada para a produção onde trabalhariam meeiros e assalariados, enquanto, no outro caso, ela estava organizada para o consumo... Na verdade, pode-se dizer com justiça que essas organizadas paisagens do século XVIII não só foram o ponto alto da

28. Karl Marx, “The economic and philosophic manuscripts of 1844”, in Karl Marx, e Frederick Engels, *Collected works*, vol. 3, Nova York, 1975. Ver também, de A. Schmidt, *Marx's concept of nature*, Londres, 1971.

arte rural burguesa, como também conseguiram criar... uma paisagem bucólica... nos terrenos sob suas janelas e terraços, de onde haviam banido os fatos da produção”.³⁹

Com o advento do capitalismo industrial, tornou-se ainda mais enfática para a burguesia a tendência de contrariar ativamente, em sua própria esfera de consumo, aquilo que ela estava organizando para os outros na esfera da produção. Os poetas românticos britânicos — liderados por Wordsworth e Coleridge — e escritores como Emerson e Thoreau, nos Estados Unidos, sintetizaram essa reação à nova ordem industrial. A reação não se limitou ao âmbito dos ideólogos. Ela foi posta em prática na construção de propriedades rurais pela burguesia, no estabelecimento da mansão no campo, na fuga da cidade industrial e, em última instância, no projeto daquilo que Walker chama de “solução suburbana”.⁴⁰ A tentativa de “trazer de novo a natureza para dentro da cidade” por escritores e projetistas como Olmstead e Ebenezer Howard, no século XIX, bem como Ian McHarg e Lewis Mumford, no século XX, atesta a continuidade desse tema no pensamento e na prática burgueses.⁴¹

Porém, se a burguesia apenas sentiu, o artesão e o camponês deslocado experimentaram muito concretamente a alienação face à natureza, e a isso reagiram de forma vigorosa sempre que puderam. William Blake, o porta-voz da classe artesã, queixou-se amargamente daquelas “usinas escuras e satânicas” e jurou, com seu usual fervor revolucionário, que eles “...construiriam Jerusalém nas agradáveis e verdejantes terras da Inglaterra”. Confrontados com a brutal e degradante rotina do processo de trabalho na fábrica, os próprios trabalhadores procuraram formas de atenuá-la. Em parte eles o fizeram recorrendo às mesmas mistificações que a burguesia, e assim vieram a partilhar com ela da mesma imagem romântica da natureza. Quando, por exemplo, lhes indagaram por que as moças da usina de Lowell escreviam tanto sobre as belezas da natureza, o editor de seu jornal respondeu: “Por que será que o viajante do deserto procura e espera o esbanjamento e vê verdejantes oásis pintados diante de seus olhos doloridos?”.⁴² Entretanto, apenas sonhar com uma natureza idealizada e romântica no meio do deserto da fábrica dificilmente bastaria, por mais que isso ajudasse o trabalhador a atravessar o longo e tedioso dia. Em consequência, como registra Bender, “... os residentes de Lowell faziam, periodicamente e de várias maneiras, seu contato apreciativo com a paisagem natural. Além de usarem o cemitério e o parque público, buscavam a natureza através de vôos fantasiosos de sua imaginação, através das vistas de suas janelas, através dos passeios fora da cidade (apesar dos avisos de não ultrapassar) e através de visitas ao campo durante o verão”.⁴³

39. R. Williams, *The country and the city*, Londres, Oxford University Press, 1973, p. 124.

40. Walker, *The suburban solution*.

41. Ebenezer Howard, *Garden cities of tomorrow*, Londres, 1955, escreveu, por exemplo: “...organizar uma Cidade Jardim de tal maneira que, à medida que ela cresce, os dons gratuitos da natureza — o ar puro, o sol, os espaços para respirar e brincar — serão retidos com toda a abundância necessária, de modo que, empregando os recursos da ciência moderna, aquela Arte poderá suplementar a Natureza, e a vida poderá se tornar uma alegria duradoura e deliciosa”, p. 127.

42. Bender, *Urban vision*, p. 90.

43. *Id.*, *ibid.*

Tais respostas apoiavam-se, evidentemente, numa mistificação, pois elas reduziam a “natureza” a um conceito de tempo livre, como algo a ser “consumido” no decurso de uma pausa recuperadora daquilo que era de fato uma relação degradante com a natureza, na mais fundamental de todas as atividades humanas: o trabalho. Porém, a mistificação havia penetrado fundo na consciência de todos os elementos da sociedade. Falar hoje sobre relações com a natureza é invocar visões de montanhas e regatos, mares e lagos, matas e campos, longe da imagem do carvão, da linha de montagem e da fábrica, onde está sendo contínua e realmente moldada a verdadeira transformação da natureza. Existe um sentido, entretanto, no qual isto é uma necessária e inevitável mistificação sob o capitalismo. Sem ela, dificilmente a vida seria suportável. Os elementos progressistas dentro da burguesia sabiam que isso era tão verdadeiro para seus trabalhadores como para eles próprios. Não é de surpreender, portanto, que os reformadores burgueses, em geral sob o disfarce de princípios morais universais e da imaginação romântica, freqüentemente procurassem conseguir para seus trabalhadores um razoável acesso à “natureza”. Olmstead, talvez o mais espetacular desses reformadores nos Estados Unidos do século XIX, descobriu que “o interesse espontâneo do trabalhador era um estímulo mais eficiente para o trabalho, do que qualquer regime imposto artificialmente; na verdade, passar daí às propostas de parques e verdes subúrbios, como um antídoto às asperezas do dia-a-dia da vida urbana e industrial, era apenas um pulo”.⁴⁴ Essa solução para os problemas da vida urbana-industrial foi posta em prática, nos tempos de Olmstead, fundamentalmente para as classes médias, mas atualmente vem sendo cada vez mais adotada para a classe trabalhadora “respeitável”. Ela teve um poderoso efeito sobre a paisagem física de nossas cidades. O contraponto entre natureza — representada pela imagem bucólica do campo — e um processo de trabalho representado pelo urbano e pelo industrial é fundamental para a história do modo capitalista de produção. Esse contraponto contém uma tensão entre aquilo que Raymond Williams chama de “... um necessário materialismo e um necessário humanismo”, acrescentando:

“Freqüentemente tentamos resolvê-lo dividindo trabalho e lazer, ou sociedade e indivíduo, ou cidade e campo, não somente em nossas mentes mas em subúrbios e cidades-jardim, casas da cidade e casas de campo, a semana e o fim de semana. Aí então, em geral, verificamos que... os capitães da mudança chegaram mais cedo e se fixaram mais firme; fizeram, na verdade, uma autodivisão melhor sucedida. A casa de campo... foi uma das primeiras formas dessa solução temporária... e, no século XIX, o número das novas construções feitas pelos senhores da produção capitalista era semelhante ao de construções dos antigos senhores, que eram melhoradas e sobreviviam... Permanece um fato notável o quanto esses agrupamentos têm sido fisicamente imitados, até aos detalhes das casas semi-isoladas e estilo de lazer e de fins-de-semana. Um capitalismo imensamente produtivo, em todos seus estágios, expandiu tanto os

44. Bender discute detalhadamente esse aspecto do pensamento de Olmstead.

recursos como os modos pelos quais, embora desigualmente, estes oferecem e contêm as formas de resposta a seus efeitos”.⁴⁵

Estas “formas de resposta” servem para definir parte do significado que valores de uso no ambiente construído apresentam para o trabalho. Os moradores dos subúrbios contemporâneos, quer trabalhadores, quer burgueses, não estão menos ansiosos, por exemplo, por afastar de suas vistas “os fatos da produção”, do que os proprietários de terra do século XVIII, pois esses fatos são, no mais das vezes, insuportáveis. Na medida em que os trabalhadores, conjuntamente com os capitalistas, encontraram meios de fazer exatamente isso, eles criaram uma paisagem urbana e um estilo de vida que se funda naquilo que Williams chama de “... uma eficiente e enorme mistificação: uma mistificação, entretanto, que combina elementos de necessidade e de cruel frustração. O apego a algum sentido de relação não alienada com a natureza faz a vida suportável para o trabalhador, pelo menos no sentido de que isso conduz a uma avaliação realista do que foi perdido e do que pode potencialmente ser ganho. Porém, a romântica mistificação da natureza esconde, mais do que revela, a verdadeira fonte do sentido de perda e alienação de que está embebida a sociedade capitalista. A arte, a literatura, os desenhos urbanos e os “projetos para uma vida urbana” oferecem certas condições no local de vida, como compensação por aquilo que nunca pode ser realmente compensado no local de trabalho. Em poucas palavras, o capital procura atrair o trabalho para um acordo faustiano: aceitar o pacote das relações com a natureza no local de vida como uma compensação justa e adequada por uma alienada e degradante relação com a natureza no local de trabalho. Se o trabalho se recusa a ser atraído, apesar de todas as formas de sedução e lisonja e apesar da ideologia dominante mobilizada pela burguesia, então o capital precisa impor a barganha, porque a paisagem da sociedade capitalista precisa, em última instância, responder mais às necessidades de acumulação do capital do que às verdadeiras exigências humanas para o trabalho.

As intervenções do capital: Uma conclusão

O capital procura disciplinar o trabalho tanto no lar como na fábrica, porque é somente nos termos de uma ampla dominação do trabalhador em todas as facetas de sua vida que podem ser criados e garantidos a “ética do trabalho” e os “valores burgueses” necessariamente exigidos pelo processo capitalista de trabalho. A promoção da casa própria para os trabalhadores estabelece a submissão

45. Williams, *The country and the city*, p. 294.

destes; ao princípio da propriedade privada, encaixando-se portanto nesse estratagem geral. Às vezes vemos que o capital, em conflito com essa orientação, precisa também organizar o consumo dos trabalhadores para garantir que este seja barato e racional, do ponto de vista da acumulação. A coletivização do consumo tende a fazer desaparecer o sentido da responsabilidade individual e, se levada muito longe, tenderia a corroer a noção do individualismo burguês: Contrabalançando tudo isso, vemos a necessidade, por parte do capital, de promover uma sensação de contentamento e satisfação na força de trabalho, de maneira a levá-la à cooperação espontânea e à eficiência no local de trabalho. Essa situação não pode ser cultivada sem que seja dada, ao trabalhador, pelo menos a ilusão de liberdade de escolha no local de vida, bem como de saudáveis e gratificantes relações com a natureza na esfera do consumo. Essas ilusões são envolventes, porém nem sempre fáceis de se sustentarem diante das realidades impostas pelas necessidades da acumulação pela acumulação e da produção pela produção. As condições no local de trabalho não podem nunca ser assim tão facilmente escondidas, por mais gigantescas que sejam as mistificações.

No entanto, a resposta do trabalho à sua própria condição está constantemente sujeita às intervenções e mediações do capital. Enquanto a força de trabalho procura reorganizar seu modo de vida para compensar as degradações e a disciplina do trabalho na fábrica, também o capital procura colonizar e perverter esses esforços para seus próprios fins, às vezes voltando-os contra o trabalho, no curso da luta de classes. O trabalhador se esforça por elevar seu padrão de vida pela redução do custo de vida e pelo aumento dos valores de uso sob seu comando. O capital, entretanto, procura sempre subverter esse esforço, frequentemente com a intermediação do Estado, através de uma redução do valor da força de trabalho e através de modos “racionalis” de consumo, entendidos do ponto de vista da acumulação. Enquanto o trabalho procura se aliviar de uma degradante relação com a natureza no local de trabalho, o capital procura tirar partido disso através de uma relação mistificada com a natureza na esfera do consumo. Enquanto o trabalho procura um controle maior das suas condições coletivas de existência, o capital procura estabelecer formas coletivizadas de consumo e propriedade individual da casa. O poder do capital está onipresente na própria definição de “um valor de uso para o trabalhador no ambiente construído”.

Podemos concluir que os conflitos no local de vida são meros reflexos de tensões subjacentes entre o capital e o trabalho. Os apropriadores de renda e a facção da construção civil mediam as formas de conflito; eles se erguem entre o capital e o trabalho e por isso escondem de nossas vistas a verdadeira fonte da tensão. A aparência superficial dos conflitos em torno do ambiente construído — as lutas contra o proprietário da terra ou contra a renovação urbana — disfarça uma essência oculta que é, nada mais nada menos, que a luta entre o capital e o trabalho.

O capital pode estar onipresente em tais lutas, mas ele não é nem onisciente, nem onipotente. A dinâmica da acumulação exige racionalizações periódicas através de crises que afetam a classe trabalhadora na forma de ciclos de desemprego generalizado. Em tais momentos, ficam distorcidos os planos para conquistar o

trabalho através da oferta de ambientes de vida “satisfatórios e saudáveis” ou através de uma gratificante relação com a natureza no local de vida. Ao usar o ambiente construído como um instrumento de coerção sobre o consumo, o capital, em última instância, coage a si próprio, porque estabelece as condições para a realização de valores, literalmente, num mar de concreto. Uma vez comprometido, o capital não pode recuar. Pullman descobriu esse fato elementar em sua malfadada cidade modelo. Quando as condições de superacumulação se tornaram aparentes na economia em geral, foi necessário livrar-se de alguns trabalhadores; Pullman porém não podia fazê-lo, porque o lucro a ser derivado da cidade dependia do pleno emprego na fábrica. A solução para o capitalista individual é retirar-se da produção de itens do fundo de consumo dos trabalhadores que ele emprega. O problema permanece, entretanto, para o sistema capitalista como um todo. Na medida em que surgem os problemas de superacumulação nas sociedades capitalistas — e é imperioso que eles surjam — os mais elaborados planos do capitalista tornam-se inúteis e começam a desmoronar os mecanismos de mistificação, de cooptação, de disciplina no trabalho e de imposição da ética de trabalho e das virtudes burguesas. É precisamente em tais momentos que o trabalho reconhece que o acordo que ele fez com o capital não é de acordo coisíssima nenhuma, pois apoiou-se numa mistificação idealizada. As promessas do capital são encaradas como apenas isso e são impossíveis de serem cumpridas. Torna-se também evidente que as necessidades, por parte do trabalho, de valores de uso no meio construído não podem ser atendidas pelos capitães do sistema, que prometeram tanto e podem dar tão pouco.

Consciência de classe, consciência de comunidade e concorrência

A frase “o padrão de vida da força de trabalho”, em si, não pode ser compreendida fora do real contexto das lutas de classe travadas por um longo período em determinados lugares em torno da organização de ambos: o trabalhar e o viver. Esse padrão continuamente alterado define as necessidades da força de trabalho com respeito a valores de uso — itens do fundo de consumo — no ambiente construído. Individualmente, cada trabalhador tem, evidentemente, diferentes necessidades de acordo com sua posição na força de trabalho, sua situação familiar e seus requisitos individuais. Ao mesmo tempo, os processos de determinação da taxa de salário no local de trabalho propiciam quantidades diferentes de valores de troca para trabalhadores em diferentes categorias ocupacionais. O poder social que esse dinheiro representa pode ser usado para conseguir o controle de certos valores de uso no ambiente construído. A forma pela qual esse dinheiro é usado afeta a apropriação da renda e o funcionamento dos preços-

sinais que induzem o fluxo de capital para a produção de novos itens do fundo de consumo. Pode-se assim configurar três situações gerais.

Considere-se inicialmente uma situação na qual cada trabalhador, independentemente, procura controlar, para seu próprio uso particular, o melhor conjunto de recursos na melhor localização. Nessa situação vemos uma guerra competitiva de todos contra todos, uma sociedade na qual a ética do “individualismo possessivo” lança raízes fundas na consciência dos trabalhadores. Se os valores de uso disponíveis no ambiente construído são limitados, como é geralmente o caso, então os indivíduos se utilizam de seu poder de mercado e disputam recursos escassos nas localizações mais vantajosas. Em seu nível mais elementar, essa concorrência é pelas chances de sobrevivência, pois cada trabalhador sabe que a capacidade de sobrevivência depende da capacidade de assegurar acesso a um conjunto particular de recursos numa localização razoavelmente satisfatória. Há ainda a concorrência para a aquisição de “capacidade de mercado” — aquele conjunto de atitudes, entendimentos e habilidades que permitam que o trabalhador venda sua força de trabalho por uma taxa de salário mais alta que a média.⁴⁶

Símbolos de *status*, prestígio, hierarquia e importância (até mesmo auto-respeito) podem também ser adquiridos quando se consegue o controle de certos recursos específicos em localizações de prestígio. Esses símbolos podem ser úteis na medida em que eles ajudam um trabalhador a conseguir uma penetração mais fácil num determinado estrato privilegiado dentro da força de trabalho assalariada. Finalmente, podemos notar que se as relações com a natureza no local de trabalho são sentidas como tão degradantes como verdadeiramente o são, então há um incentivo positivo para se procurar uma localização suficientemente distante de maneira que os “fatos da produção” não sejam, de maneira alguma, representados na paisagem. Em outras palavras, pode haver uma concorrência entre os trabalhadores visando o maior afastamento possível do local de trabalho; aliás, o automóvel se revela particularmente útil para esse fim.

A situação competitiva que esboçamos aqui é, na maioria dos seus aspectos, idêntica àquela admitida nos modelos neoclássicos de determinação do uso do solo em áreas urbanas.⁴⁷ Tais modelos admitem que cada família, individualmente, procura maximizar sua (função) utilidade, competindo entre si na disputa de determinados conjuntos de bens em determinadas localizações, dentro dos limites de um dado orçamento. Se for admitido que os “bens” mais disputados são localizações com custos agregados de transporte mais baixos e espaço para a habilitação, então é possível mostrar com relativa facilidade que as pessoas se distribuirão pelo espaço de acordo com: 1) a distribuição das oportunidades de emprego, que em geral se admite estarem agrupadas em uma localização central e 2) as propensões marginais relativas para consumir serviços de transportes e espaço para se viver, dentro de uma limitação orçamentária global. Em tais

46. Ver Anthony Giddens, *The class structure of the advanced societies*, Londres, Harper and Row, 1973, p. 103.
47. Ver, por exemplo, W. Alonso, *Location and land use*, Cambridge, Harvard University Press, 1964, e E. S. Mills, *Studies in the structure of the urban economy*, Baltimore, John Hopkins Press, 1972.

condições, a disputa competitiva gerará uma superfície diferencial de renda que, no caso de um único centro de emprego, diminui com a distância a esse centro, ao mesmo tempo em que distribui os indivíduos no espaço segundo suas rendas. Nesse caso, a capacidade de apropriação de renda diferencial é totalmente criada pelo comportamento competitivo dentro da classe trabalhadora. Também, se os novos empreendimentos imobiliários são distribuídos tipicamente em resposta aos preços-sinais estabelecidos por tais rendas diferenciais, então é fácil mostrar que o ambiente construído será criado com uma estrutura espacial que reflete, em grande parte, a estratificação social e salarial dentro da força de trabalho.

A segunda situação que queremos considerar é aquela na qual é importante a ação coletiva no espaço — a ação comunitária. O caráter irradiador de certas externalidades e o uso coletivo de muitos elementos do ambiente construído significam que é do interesse particular dos indivíduos aspirar a níveis modestos de ação coletiva.⁴⁸ Os trabalhadores que são proprietários de suas casas sabem que o valor das economias ligadas a ela depende da ação de terceiros. É de seu interesse comum conter coletivamente comportados “desviados”, barrar instalações “prejudiciais” e assegurar altos padrões de serviços públicos. Essa coletivização da ação pode ir muito além daquilo exigido pelo auto-interesse individual puro. Uma consciência de lugar — “consciência de comunidade” — pode emergir como uma força poderosa a espalhar concorrência entre comunidades na disputa de escassos fundos de investimentos públicos ou coisas semelhantes. A concorrência entre comunidades entra assim na ordem do dia.

Esse processo se relaciona com a apropriação da renda de uma forma interessante. O controle comunitário capacita os que estão no comando a levantar barreiras a investimentos no ambiente construído. Essas barreiras podem ser seletivas — a exclusão de habitações de baixa renda, por exemplo — ou então, mais ou menos por baixo do pano, uma sentença contra todas as formas de futuro crescimento. Ações desse tipo foram frequentes em municípios suburbanos nos Estados Unidos nos últimos anos. Na verdade, os poderes de cartel dos governos locais vêm sendo mobilizados no sentido do controle de investimentos através de uma variedade de mecanismos legais e de planejamento. Os proprietários de suas casas podem usar esses controles para manter ou estimular o valor de suas propriedades. Os empreendedores imobiliários podem procurar usá-los para finalidades um tanto diferentes. Entretanto, a “consciência de comunidade” cria, tipicamente, pequenas “ilhas” legais dentro das quais as rendas de monopólio são apropriáveis, muitas vezes por uma facção do trabalho às custas de outra facção. Esta última situação faz surgir conflitos fatais dentro da classe trabalhadora, segundo linhas provincianas lastreadas na comunidade. A estrutura espacial urbana, sob essas condições, é muito diferente quando comparada ao produto da concorrência individual.

48. A teoria da ação coletiva auto-interessada é exposta em: Mancur Olson, *The logic of collective action*, Cambridge, Harvard University Press, 1965, mas a teoria da comunidade é uma mixórdia que ainda precisa de uma boa peneirada.

Finalmente, o terceiro tipo de situação que podemos configurar é aquela de um proletariado com total consciência de classe, lutando contra todas as formas de exploração, quer no local de viver, quer no local de trabalho. Os trabalhadores não usam seu poder social enquanto indivíduos para procurar soluções individuais. Eles não concorrem entre si por chances de sobrevivência, pela habilidade de adquirir capacidade de mercado ou por símbolos de *status* e prestígio. Eles lutam coletivamente pela melhoria do conjunto de todos os trabalhadores em qualquer parte e evitam as formas provincianas de ação comunitária que tipicamente levam uma facção do trabalho a se beneficiar em detrimento de outra (usualmente os pobres e desprivilegiados).

Em tais condições, a apropriação da renda não pode ser atribuída ao comportamento competitivo dos trabalhadores individualmente ou de comunidades inteiras. Ao contrário, ela tem que ser interpretada como algo que é forçado aos trabalhadores ao longo da luta de classes. Uma superfície de renda diferencial pode surgir numa área urbana, mas isso não ocorre porque o trabalho automaticamente se engaja em disputas competitivas, mas porque o poder de classe dos apropriadores é usado para extrair o máximo possível de renda, uma vez que os recursos são escassos e existem num espaço relativo. Não é pelo fato de testemunharmos uma conseqüente estratificação social (segundo rendas) no espaço, bem como um processo de implantação territorial que exacerba essa ordenação social, que podemos inferir que isso é simplesmente um reflexo de trabalhadores individuais exprimindo suas “utilidades subjetivas” através do mercado. Na verdade isso pode exprimir exatamente o oposto; o poder dos apropriadores de forçar os trabalhadores a certas escolhas, independentemente daquilo que um trabalhador individualmente possa pensar ou crer. O poder de apropriação da renda é uma relação de classe e temos que entendê-lo assim se quisermos compreender como emergem as diferenciações residenciais dentro das cidades e até que ponto tal fenômeno é o resultado de escolhas forçadas ou livres.⁴⁹

As três situações que examinamos — individualismo competitivo, ação comunitária e luta de classes — são pontos em um *continuum* de possibilidades. Não podemos automaticamente admitir que a classe trabalhadora esteja em qualquer ponto determinado desse *continuum*. Isso é algo a ser descoberto por investigações concretas de situações particulares. Os Estados Unidos, por exemplo, parecem estar mais fortemente dominados pelo individualismo competitivo e consciência comunitária se comparados com as classes trabalhadoras da Europa, onde há maior consciência de classe. Do ponto de vista do capital, as concorrências individual e comunitária são vantajosas, porque as coisas se passam como se a apropriação da renda resultasse das próprias ações da classe trabalhadora, mais do que das ações dos próprios apropriadores.

As formas ostensivas de conflito em torno do ambiente construído dependem, portanto, do desfecho de uma luta ideológica mais profunda e frequentemente

49. Teitei uma análise preliminar desse tema em David Harvey, “Class structure in a capitalist society and the theory of residential differentiation”, em *Processes in physical and human geography*, M. Chisholm, P. Hagget e R. F. Peel (eds.), Londres, 1975.

oculta, luta essa que tem por objetivo a consciência dos contendores. Essa luta mais profunda entre consciência e posicionamentos individuais, comunitários e de classe oferece o contexto no qual ocorrem as lutas do dia-a-dia sobre os problemas do dia-a-dia.

Conclusão

O modo capitalista de produção força uma separação entre o trabalhar e o viver ao mesmo tempo em que os reintegra de maneira complexa. A aparência superficial dos conflitos nas sociedades urbano-industriais contemporâneas indica que existe na verdade uma dicotomia entre as lutas no local de trabalho e no local de vida, e que cada tipo de luta é travada segundo distintos princípios e regras. As lutas em torno do fundo de consumo para o trabalhador, que constituíram o centro das atenções deste artigo, igualmente emergem das tensões inevitáveis entre os apropriadores (procurando a renda), os construtores (procurando o lucro), os financistas (procurando juros) e o trabalho (procurando se opor às formas secundárias de exploração que ocorrem no local de vida). Tudo isso parece suficientemente auto-evidente.

Entretanto, os meios e a forma de tais conflitos diários e ostensivos são o reflexo de uma tensão muito mais profunda, com manifestações não tão facilmente identificáveis — uma luta sobre o significado e a definição de valores de uso, do padrão de vida da força de trabalho, da qualidade de vida, da consciência e até mesmo a própria natureza humana. Desse ponto de vista as lutas ostensivas entre proprietários de terra apropriadores, construtores e trabalhadores, que nós examinamos no início, devem ser encaradas como manifestações mediatizadas do conflito profundo subjacente entre o capital e o trabalho. O capital procura definições, procura impor significados que conduzam à produtividade do trabalho e ao consumo das mercadorias que o capital pode lucrativamente produzir. Tal como no *Dombey and son* de Dickens, o capital trabalha na “pele mas nunca no coração”.

Mas o trabalho procura seus próprios significados, em parte derivados de uma lembrança que rapidamente se esvai, da vida artesã e campesina, mas também de um imperativo inelutável de aprender o que significa ser humano. “A natureza humana” não tem, então, um sentido universal, mas vem sendo perpetuamente refundida no jogo de uma luta sem tréguas. Embora o capital possa dominar e impor sobre nós um sentido de natureza humana predominantemente capitalista, as resistências estarão sempre presentes e as tensões internas dentro da ordem capitalista — entre a apropriação privada e a produção socializada, entre individualismo e interdependência social — são tão dramáticas que cada um de nós

internaliza, em nossa conduta atual, um verdadeiro rodado de esperanças e temores. A natureza humana que daí resulta, com todas as suas complexas ambigüidades de desejos, necessidades, criatividade, desligamento, egoísmo e honesta preocupação humana, constitui a própria matéria com a qual são modeladas as ostensivas lutas do dia a dia. Igualmente, a maneira pela qual essas lutas são travadas depende de uma determinação de consciência mais profunda — baseada no indivíduo, na comunidade ou na classe, conforme o caso — dos contendores. Desse ponto de vista é preciso que fique absolutamente claro que a separação entre o trabalhar e o viver é, na melhor das hipóteses, um desligamento superficial, uma aparente ruptura de algo que não se pode nunca separar.

É nesse nível mais profundo que também podemos ver mais claramente a unidade subjacente entre conflitos apoiados no trabalho e conflitos apoiados na comunidade. Eles não são meras imagens espectrais um do outro, mas representações distorcidas, mediatizadas por muitas forças e circunstâncias intervenientes que mistificam e obscurecem os antagonismos de classe fundamentais e subjacentes, sobre os quais se apóia o modo capitalista de produção. É evidentemente uma tarefa da ciência tornar claro, pela análise, aquilo que é mistificado e turvo na vida diária.